

## POLÍTICA + PAULO EGÍDIO INTERINO

paulo.egidio@zerohora.com.br  
@pauloegidiors

# Liberados R\$ 7,4 bilhões para precatórios e RPVs do Estado

Mais de 70 mil gaúchos que estão esperando para receber valores conquistados na Justiça receberam uma notícia alvissareira na virada de 2023 para 2024. O governo federal depositou R\$ 7,4 bilhões para a quitação de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs) devidos pela União a credores do Rio Grande do Sul.

Para o pagamento de precatórios, foram liberados R\$ 7,2 bilhões, que serão direcionados a 51.259 beneficiários. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) informou que o dinheiro estará disponível a partir do dia 15 de janeiro. Outros R\$ 203 milhões foram disponibilizados para RPVs de 21.017 credores e poderão ser sacados a partir do dia 17.

Os precatórios são ordens de pagamento expedidas pelo Judiciário em razão de ações movidas por pessoas ou empresas que já transitaram em julgado (quando não há mais possibilidade de recorrer). Quando a dívida é menor do que 60 salários mínimos, se torna uma RPV.

Para quitar essas pendências em todo o país, o Ministério da Fazenda aportou R\$ 90,7 bilhões no final do ano. Após o depósito dos recursos, a liberação fica a cargo da Justiça Federal.

No caso do TRF4, que tem jurisdição na Região Sul do país, os demonstrativos de pagamento já estão disponíveis para consulta pelas partes e advogados.

O pagamento ficou

represado entre 2022 e 2023 em razão da PEC dos Precatórios, proposta pela gestão de Jair Bolsonaro e aprovada pelo Congresso em 2021. A normativa criou um teto para esse tipo de despesa, o que, na época, abriu espaço no orçamento para o aumento do valor do Auxílio Brasil (atual Bolsa Família) em 2022.

Em dezembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal julgou a norma inconstitucional e o governo Lula teve de aportar recursos para quitar as pendências deixadas pelo antecessor.

## GZH

Leia outras colunas em  
[gzh.com.br/rosanedoliveira](http://gzh.com.br/rosanedoliveira)

## Acesso rejeitado

A presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Iris Helena Medeiros Nogueira, rejeitou pedido de acesso ao processo no qual foi autorizada a retomada do pagamento de quinquênios a juizes e desembargadores gaúchos. A solicitação havia sido encaminhada por ZH via Lei de Acesso à Informação (LAI).

No despacho, a desembargadora argumenta que a decisão do Órgão Especial ainda não foi publicada e que as informações que constam no expediente serão utilizadas

“para a tomada de decisões decorrentes daquele julgado”.

“Ou seja, o conteúdo daqueles autos é, conforme a normativa de regência, ainda caracterizado como documento preparatório, o que impossibilita o atendimento imediato do pleito nos termos em que formulados”, escreveu.

A volta do pagamento dos adicionais de 5% a cada cinco anos de trabalho, com direito a retroativos, foi autorizada em novembro. A decisão favorece magistrados que faziam jus aos quinquênios até a extinção, em 2004.

## Contestação

A direção de Comunicação Social do Tribunal de Justiça contesta o teor da nota “Voto de silêncio”, publicada pela coluna no final de semana. O órgão ressalta que a resposta para o pedido encaminhado via LAI já havia sido encaminhada em 18 de dezembro e que não houve silêncio por parte da administração da Corte. A coluna obteve acesso à resposta no último sábado.

## ALIÁS

Os credores precisam ficar atentos à ação de estelionatários, que costumam se aproveitar dos períodos de pagamento para aplicar golpes. A Justiça Federal não exige qualquer pagamento de taxa, adiantamento de valores ou pagamento de impostos para quitar precatórios ou RPVs.

## Olho nas pesquisas

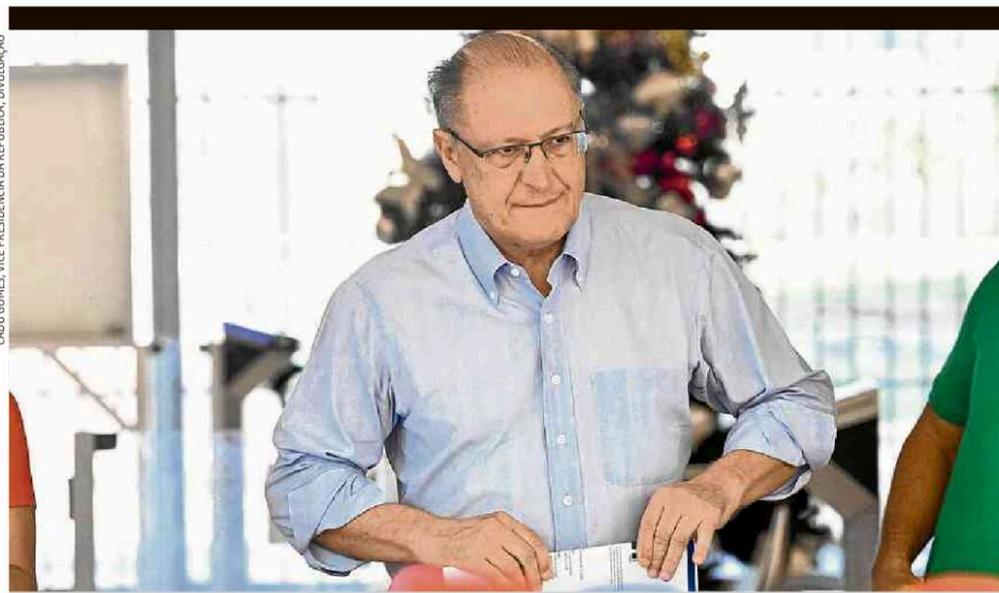
Sob comando da prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, o PSDB gaúcho começa o ano de 2024 sondando o terreno para a eleição. A ideia é encomendar pesquisas quantitativas e qualitativas para identificar a demanda dos eleitores e o potencial dos candidatos tucanos.

Paula planeja percorrer o Estado com a Caravana 45, nos fins de semana, entre fevereiro e julho, para ouvir as bases e buscar parcerias na eleição para prefeitos.

A meta do PSDB é manter as cidades que já governa, como Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Viamão e Gravataí, e ampliar o número de prefeituras.

Em Porto Alegre, a deputada Nadine Anflor ainda não definiu se pretende concorrer.

## Aposta na saliva



Com a serenidade que lhe é característica, o vice-presidente Geraldo Alckmin encerrou 2023 confiante na negociação com o Congresso para fazer valer o desejo do governo na medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento.

Na entrevista concedida no domingo para anunciar programa de incentivo à indústria e para o regime automativo (leia na página 9), Alckmin disse que crê no “diálogo” para resolver o

impasse em torno do assunto:

— Acredito no diálogo. Qual foi a preocupação do governo (ao editar a MP)? Constitucionalidade e zerar o déficit — explicou Alckmin.

A garantia de déficit zero foi o principal argumento do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para propor a MP que reonera gradualmente a folha de 17 setores econômicos, que hoje pagam menos impostos sobre contratações.

O texto gera polêmica pois

contraria decisão recente do Congresso, que estendeu a desoneração até 2027. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é pressionado a devolver a medida, fazendo com que perdesse a validade.

Após o recesso parlamentar, em fevereiro, Haddad e o próprio Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, devem se engajar na negociação com deputados e senadores para chegar a um meio termo.

## Horário de verão

Em recesso até o dia 5 de janeiro, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) terá o expediente reduzido nos dois primeiros meses de 2024.

O horário normal, das 9h às 18h, será cumprido apenas nas terças, quartas e quintas-feiras. Nas segundas, o expediente começará às 11h e irá até as 18h. Nas sextas, o trabalho vai das 9h às 14h.

O horário de verão do TCE será adotado até o dia 26 de fevereiro.

**O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) VAI FINANCIAR UM PROJETO DE COMUNICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON), PRESIDIDA PELO GAÚCHO CEZAR MIOLA. COM OS RECURSOS, A ENTIDADE VAI REALIZAR UM DIAGNÓSTICO SOBRE A COMUNICAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO PAÍS E OFERECER CAPACITAÇÕES PARA AUXILIAR OS ÓRGÃOS DE CONTROLE EM SUAS ATIVIDADES. O PROJETO SERÁ DESENVOLVIDO ATÉ JUNHO DE 2024.**